



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3380 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

Reflexões sobre as causas da saída das juventudes camponesas da comunidade Zé Alves e Laranjal em Poconé-MT.

Jucieli Bertoncello - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Douglas Alcir de Andrade - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Esta pesquisa é resultado de uma dissertação de mestrado cujo o objetivo foi compreender as percepções das juventudes camponesas sobre os conflitos socioambientais e as mudanças climáticas existentes na comunidade Nossa Senhora de Lurdes (Zé Alves) e na comunidade Remanescente de Quilombo Laranjal, ambas localizadas no município de Poconé-MT. Ressaltamos que em meio a uma realidade distinta, as juventudes camponesas estão sendo invisibilizados pelo avanço do agronegócio que transformam os bens naturais em recursos, para atender a lógica economicista, impossibilitando a permanência nos territórios. Diante deste cenário, articulamos reflexões para compreender quais as causas da saída das juventudes sujeitos desta pesquisa. A proposição investigativa apoia-se no método qualitativo, tendo como táticas metodológicas o Mapa Social. Para obter as informações realizamos sete trabalhos de campo, dois seminários de mapeamento, doze entrevistas com as juventudes, ademais fontes (relatórios, artigos e censos) sobre as comunidades. Compreendemos que a migração campo-cidade estão relacionadas principalmente ausência de escolarização e trabalho, além da não efetivação das políticas públicas pensadas para essa realidade.

Palavras-chave: Comunidades do Campo, Juventudes Camponesas, Saída do Campo.

Introdução

Esta pesquisa foi realizada em duas comunidades localizadas aproximadamente a 110 km da capital Cuiabá, na MT-451 (Rodovia Aduauto Leite), município de Poconé/MT. Sendo a comunidade tradicional Nossa Senhora de Lurdes (conhecida como Zé Alves), localizada às margens da MT-451 no km 17 e a Comunidade Remanescente de Quilombo Laranjal, às margens da estrada vicinal do Buriti, a 15 km da rodovia asfaltada MT-451, com entrada para a comunidade no km 13. Ambas fazem parte de um conjunto de aproximadamente 70 comunidades localizadas na transição entre o Cerrado e o Pantanal mato-grossense, ficando assim conhecida por seus/suas moradores/as que são quilombolas, tradicionais e assentados como “Comunidades do Cerrado do Pantanal”.

Em meio a uma realidade distinta entre Zé Alves e Laranjal, temos como sujeito dessa pesquisa as juventudes camponesas invisibilizadas nos territórios pelo avanço das monoculturas que transformam a natureza em mercadoria, impossibilitando a permanência nos territórios. Essa situação vivenciada faz com as que as juventudes de Zé Alves diferente de Laranjal (por não tem acesso à terra) se organizem para produzir, reproduzir e permanecer no território camponês. Nessa perspectiva, Molina (2015, p.13) ressalta que as transformações no campo, trazidos pela lógica de acumulação do capital, representadas pelo agronegócio e de suas monoculturas de exportação transforma “[...] os alimentos em *commodities*, intensificam, por diversas estratégias, a superexploração dos camponeses e suas famílias, e, entre eles, dos jovens”. Assim,

[...] abordar a juventude camponesa exige compreender o território do campo para muito além de um espaço de produção agrícola em contraposição à produção industrial, de uma cultura rústica versus cultura moderna ou de um lugar sem trabalho para um espaço onde

se pode produzir para viver com dignidade, para citar algumas dicotomias. O campo como lugar de vida não se configura estando em extinção, mas sim como território onde se forma a juventude camponesa, de múltiplas possibilidades, de novas relações entre seres humanos e entre estes e a natureza, de novas articulações e possibilidades de produção/reprodução da vida (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015, p. 26).

Para Molina (2015, p.15) “ficar ou sair não é simplesmente uma escolha ao bel-prazer dos jovens, mas uma difícil decisão permeada por condicionantes estruturais sobre os quais os jovens individualmente não conseguem incidir no sentido de superá-las”. Consideramos que ainda existem jovens que fazem a opção de continuarem a vida no campo, como é o caso de alguns jovens de Zé Alves e Laranjal. Porém, as condições de vida no campo, a falta de acesso às políticas públicas específicas para a educação do campo, a falta de alternativas profissionais que possam garantir emprego e renda na agricultura familiar ou fora dela (FREITAS; SANTOS, 2015), somadas às dificuldades vivenciadas por seus familiares fazem com que muitos tenham que sair em busca de novas oportunidades na cidade, essa decisão não deve ser compreendida como negação da vida e da identidade camponesa. Destarte, apresentaremos neste artigo os caminhos metodológicos, posteriormente as políticas públicas pensadas para as juventudes camponesas e por fim algumas percepções sobre as causas da saída das juventudes camponesas das comunidades Zé Alves e Laranjal.

Caminhos metodológicos

A metodologia é entendida como o fio condutor da pesquisa, é a explicação detalhada de todas as ações a serem desenvolvidas, ou seja, os instrumentos, as técnicas, o tempo previsto, a equipe de pesquisadores/as, o tratamento dos dados que compõem os resultados, enfim é o momento de apresentar detalhadamente todo caminho percorrido. Na concepção de Minayo (2009), a metodologia é o caminho do pensamento, ou seja, a prática exercida sobre uma determinada realidade, a ela é incluída a teoria da abordagem (o método), os instrumentos da pesquisa (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade e sua sensibilidade. Portanto, utilizamos nesta pesquisa o método qualitativo acompanhado da metodologia denominada *Mapa Social* (SILVA, 2011).

Adotamos nesta pesquisa o método qualitativo que trabalha com um universo muito particular de aspirações, crenças, valores e atitudes, aprofunda-se no mundo das significações, das ações humanas, respondendo a questões muito particulares das relações sociais estabelecidas em sociedade que não pode ser quantificada (MINAYO, 2009). E como metodologia Mapa Social que tem como objetivo dar visibilidade aos diferentes grupos sociais de Mato Grosso, baseada na autodenominação e as narrativas dos próprios sujeitos pesquisados (SILVA, 2011; JABER-SILVA, 2012).

Assim, buscando responder aos objetivos propostos nesta pesquisa três momentos distintos que se complementam foram realizados. Primeiro, foi realizado o I Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal; o segundo momento mais introspectivo, foram realizadas as entrevistas com um roteiro de perguntas semi estruturadas com 12 jovens, sendo 6 da comunidade Zé Alves e 6 da comunidade Laranjal, além das entrevistas com moradores/as antigos/as para compreender o contexto histórico das comunidades, posteriormente no terceiro momento realizamos o II Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal.

Políticas públicas para as juventudes camponesas

Historicamente a inclusão da juventude nas políticas públicas brasileiras é recente, mais recente ainda essas políticas refere-se as juventudes camponesas. Freire e Castro (2010, p.150) afirmam que esse movimento só começou a ganhar força a partir da década de 1990 quando “[...] se configurou o foco do poder público sobre a juventude no Brasil, que políticas são formuladas e implementadas, que a sociedade se engaja com mais vigor no debate e na intervenção social”. Conforme o Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006, p.5) “entender as singularidades e as peculiaridades das juventudes e garantir direitos a essa geração são fatores fundamentais para consolidar a democracia no Brasil, com inclusão social”.

Ressaltamos que na tentativa de garantir direitos para as juventudes muitos foram os programas, projetos e ações formuladas pelo Governo Federal. Segundo o Guia de Políticas Públicas (2006) existem atualmente 19 executados por diferentes Ministérios, que constituem a Política Nacional de Juventude no País. Porém, apenas três programas estão vinculados ao acesso à terra, sendo: o Programa Nacional de Crédito Fundiário (Programa Nossa Primeira Terra) desde 2003; o Programa

Pronaf Jovem – criado em 2004 e o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra (2005), e dois ao acesso à educação, entre eles: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

O Programa Nossa Primeira Terra corresponde a uma linha de financiamento dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário, destinada aos jovens agricultores e estudantes de Escolas Agrotécnicas e centro familiares de formação por alternância, com idade entre 18 a 29 anos que queiram permanecer no campo ao invés de migrarem para as grandes cidades, promovendo assim, o empoderamento e incentivo a sucessão no campo (BRASIL,2006). O Pronaf Jovem configura-se como uma linha de financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar criada para atender os filhos dos agricultores entre 16 e 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional, incentivando a se manterem e permanecerem no campo (PRONAF, 2004).

O Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra visa oferecer qualificação profissional e escolarização aos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, contribuindo para o acesso e a qualidade da educação à essa parcela historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas (BRASIL, 2006). Temos também o PRONERA que é uma Política Pública que visa garantir a implementação e manutenção da Educação do Campo, e o PRONACAMPO que consiste em um conjunto de ações articuladas para o apoio e implementação das políticas de educação do campo nos sistemas de ensino (PORTO, 2016).

Consideramos que apesar da existência dos programas, a grande maioria dos jovens que tentaram permanecer no campo não tem ou não tiveram acesso aos programas. Ferreira e Alves (2009) ressaltam que os programas ainda são insuficientes para a produção de mudanças significativas perante os desafios referentes ao acesso ao trabalho e educação no campo, ou seja, não possibilitam opções viáveis para a construção de seus projetos de vida. Para Molina (2015), a impossibilidade de acesso à terra, a ausência de políticas públicas que lhes garantam condições mínimas de sobrevivência nos territórios de origem, pressionam a continuarem rotas de migração em busca de espaço para sua reprodução material.

As causas da saída das juventudes camponesas

Na tentativa de desconstruir essa imagem desinteressada pelo campo serão apresentadas as narrativas que expressam o sonho e o desejo das juventudes de Zé Alves e Laranjal em permanecerem na comunidade, no entanto, com a falta de políticas públicas, acesso à terra, ao lazer, a educação e ao trabalho, muitos acabam sendo obrigados a migrarem em busca de novas oportunidades. Há uma tendência no contexto brasileiro, marcado por exclusões e desigualdades com as populações que vive no campo, como se fosse uma parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade, assim não haveria necessidade de políticas públicas específicas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998).

Para superar essa realidade se faz necessário intensas lutas coletivas que pressionem o Estado e o façam agir por meio das políticas públicas específicas que lhes garantam condições mínimas de sobrevivência nos territórios de origem, criando de fato condições para que os mesmos possam realmente escolher entre viver no campo (MOLINA, 2015) ou não. Em Zé Alves alguns jovens encontraram no associativismo e no cooperativismo uma forma de obter renda para permanecerem no campo.

A cooperativa fez com que nós fôssemos na comunidade, a gente acreditou que dava certo comercializar através da cooperativa (Edmar Viana Pereira - Zé Alves).

Para Leão e Antunes- Rocha (2015, p. 21) estar organizado em associativismo e cooperativismo significa “[...] organizar sua existência na possibilidade de produzir e reproduzir sua vida no território camponês, entendido aqui como um espaço material/imaterial de produção da vida [...]” e da cultura. As narrativas das juventudes de Zé Alves demonstram que é possível permanecer no campo e sobreviver da produção no próprio território, no entanto, nem todos possuem acesso à terra e aos programas governamentais evidenciados como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Segundo Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), historicamente a agricultura familiar sempre foi excluída das políticas públicas, uma vez que os recursos eram centrados apenas na propriedade privada e na monocultura de exportação. O programa PAA estimula a produção pela agricultura familiar e incentiva a comercialização para que populações em situação de insegurança alimentar tenham acesso aos alimentos de qualidade, e o PNAE obriga as escolas estaduais e municipais a utilizar no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para adquirir alimentos da agricultura familiar. Diferente de Zé Alves, as juventudes de Laranjal expropriados do território juntamente com seus familiares não têm acesso a esses programas, assim são obrigados a vender a força de trabalho para os latifundiários ou migrarem para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Eu já fui para cidade, voltei porque estava cansado da cidade, lá eu só trabalhava. Estudei até a quarta série, eu parei porque não tinha condição, tinha que trabalhar. Eu comecei a trabalhar na fazenda com 16 anos. Eu até tenho vontade de estudar, mas não acho mais tempo, oportunidade de ir estudar (Gonçalo Araujo - Laranjal).

As narrativas demonstram as dificuldades das juventudes em alcançar os níveis elevados de escolaridade, as situações de injustiças e a violação de direitos. Para compreender a realidade das juventudes do campo, suas perspectivas futuras, é preciso levar em conta que estão inseridos em uma estrutura social baseada pela concentração de terra e por uma concepção de desenvolvimento voltado para a produção agrícola de exportação. Esse modelo de desenvolvimento tem contribuído para a saída das juventudes para os centros urbanos em busca de qualificação profissional, trabalho e renda para ajudar no sustento da família.

Entendemos que os jovens quando deixam o campo não estão negando sua identidade, não saem porque preferem viver na cidade, mas pela desvalorização ou ausência de trabalho, precariedade ou inexistência de escolas, falta de oportunidade de qualificação profissional, perspectiva de vida no campo, e ainda pelos preconceitos e estereótipos que multiplicam-se cotidianamente. Em relação aos preconceitos, os jovens da comunidade Laranjal sofrem por ser do campo, ser negro e ser quilombola. Moreira (2017) afirma que os quilombolas padecem com consequências sociais e ambientais deste sistema econômico desigual, as discriminações, exclusões e preconceitos evidenciam a relação entre classe social/poder econômico e preconceito/racismo, tornando-se impossível falar de realização integral da cidadania e plenitude da democracia em um sistema capitalista meritocrata que expropria e expulsa os jovens do campo.

Os jovens vão embora por causa do emprego, eles vão procurar emprego melhor na cidade, porque aqui não tem, quando termina fica em casa parado, não tem o que fazer. Minha irmã foi embora porque ela quer estudar, só que ele ainda não conseguiu, mas tá fazendo um curso para poder trabalhar. Tem muita gente indo embora, os filhos vão e os pais fica. Antes os pais não deixava ir, agora deixa para os filhos ter um futuro melhor [...] (Ireni da Silva Castro - Laranjal).

A migração campo-cidade está relacionada principalmente a ausência de oportunidade de escolarização e trabalho, a COMPRUP representa para as juventudes uma possibilidade de melhorar as condições de vida em um tempo futuro. O descaso em efetivar políticas públicas eleva a situação de miséria das juventudes. Dados divulgados pelo programa Brasil sem Miséria apontam que de um total de 8,2 milhões de jovens do campo, 2,3 milhões vivem em situação de miséria, com uma renda mensal de aproximadamente 70 reais ou menos (WOLLZ et. al., 2014). Para os autores a desvalorização da produção familiar causada pela produção em grande escala, o avanço do agronegócio, a distribuição desigual da riqueza material e a desvalorização simbólica dos diferentes grupos sociais nos territórios produzem efeitos sociais e educacionais desfavoráveis para os jovens que tentam viver no e do campo.

Algumas considerações da pesquisa

Consideramos nesta pesquisa que o dilema entre sair ou ficar no campo vivenciado pelas juventudes das comunidades Zé Alves, Laranjal e tantas outras espalhadas pelo território mato-grossense não estão relacionadas ao fato de negarem sua identidade camponesa, mas a falta de acesso à terra para plantar e colher, trabalho, educação e as políticas públicas que garantam a permanência e a sobrevivência na terra. Os sujeitos jovens que permanecem no campo são obrigados a silenciarem e venderem sua força de trabalho como mensalistas ou diaristas por míseros salários para os donos dos latifúndios. Outros tentaram e tentam reconstruir suas histórias na cidade, mas a vida agitada dos grandes centros faz com que voltem para a comunidade, permanecendo em condições de vulnerabilidade.

Portanto, as cenas dessa história revelam sempre em sofrimento de sujeitos concretos que perdem

seus territórios, suas casas e precisam resistir para reconstruir novas histórias. Desse modo, os caminhos e descaminhos trilhados nessa pesquisa com as juventudes não foram suficientes para mudar a realidade desse grupo que grita por terra para poder nela permanecer, mas possibilitaram desconstruir essa imagem das juventudes desinteressadas pelo campo como muitos estudos tem afirmado.

Referências

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretária-Geral da Presidência da República, 2006.

FERNANDES, Maçano B.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S.(Orgs.). Por uma educação do campo. In: CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1988, Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Brasileira de Educadores Lassalista, Revista AEC e UNESCO, 1988.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. “**Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura**”. In: CASTRO, Jorge Abrahão; Aquino, Luseni Maria C; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FREITAS, Gilmar V.; SANTOS, Idalino F. dos. **Juventudes das Escolas Família Agrícola de Minas Gerais: desafios e possibilidades na perspectiva da inserção profissional**. In: LEÃO, Geralda; ANTUNES-ROCHA, Maria I. (Orgs). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; CASTRO, Edna M. R. **Políticas públicas, juventude e Educação para a sustentabilidade: Saberes da terra em foco**. In: MOLINA, Mônica Castagna

(Org). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010 - (Série NEAD Debate; 20).

JABER-SILVA, Michelle. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência**. 2012. 253f. Tese (Doutorado e Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria I. **Juventudes no/do campo: questões para um debate**. In: LEÃO, Geralda; ANTUNES-ROCHA, Maria I. (Orgs). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MOLINA, Mônica C. Prefácio. In: LEÃO, Geralda; ANTUNES-ROCHA, Maria I. (Orgs). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MOREIRA, Déborah L. **Território, luta e educação: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Cavalu**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

MINAYO, Maria C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PORTO, Itamar. **Concepções e percepções de educação do campo na escola municipal boa esperança Sorriso –MT**. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

PRONAF. **Plano safra para a agricultura familiar 2003-2004**. Brasília, 2003. Disponível em: < sistemas.mda.gov.br/arquivos/Plano_Safra_2004.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde F. de; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. **Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas. RESR**, Piracicaba, v. 52, p. S205-S222, 2014. Impressa em 2015.

SILVA, Regina A. da. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 2011. 221f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

WOLLZ, Larissa Escarce Bento et.al. As infâncias e as brincadeiras das crianças do campo. In: WOLLZ, Larissa Escarce Bento (Orgs). **Percepções de infância e juventude no campo**. Curitiba, PR:CRV, 2014.